

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS
TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA**


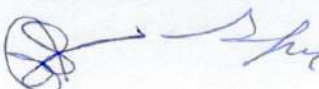
**COMITÊ DE INVESTIMENTOS
124ª Reunião Ordinária**

ATA Nº 2/2026

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de 2026, às 8:00h, sito à Av. Eloy Chaves, 956, Sala 503, centro, em Três Lagoas/MS, estiveram reunidos os membros do Comitê de Investimentos, devidamente nomeados pela Portaria nº 105/2025, o Diretor Presidente, a Diretora Administrativa-Financeira, os representantes do Conselho de Administração do TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA e do Instituto TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA, respectivamente, Srs. Dirceu Garcia de Oliveira Junior, Giovana Santana da Silva, Fabricio de Moura Santos e Elza Maria Jucá. Ausente o representante do Conselho Fiscal, Srs. Fernando Nascimento. O Presidente declarou instaurada a reunião ordinária apresentando: 1) as autorizações de aplicação e resgate referentes ao mês de fevereiro; 2) o detalhamento da Carteira de Investimentos, devidamente atualizada até a data desta reunião; e, 3) o relatório mensal da carteira de investimentos relativo ao mês de janeiro/2026. 4) elaboração da minuta da nova Política de Investimentos para o exercício de 2026 com base na resolução CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025. A ordem do dia iniciou-se com a análise do desempenho da carteira de investimentos do TRÊS LAGOAS PREVIDÊNCIA; foram constatados ganhos em janeiro no montante R\$ 6.831.603,62 (1,37%); considerando que o IPCA foi de (0,33%), foi possível cumprir a meta atuarial determinada para mês (0,80%). Verificou-se retorno positivo de (1,23%) nas tradicionais aplicações de renda fixa, compostos majoritariamente por fundos de investimentos em títulos públicos; as aplicações em renda variável, por suas vezes, apresentaram performance positiva (3,61%), puxadas pela valorização no índice IBOVESPA acumulada no mês. Com o resultado positivo no mês, a rentabilidade obtida no ano (1,37%) é suficiente para promover o cumprimento da meta atuarial medida até o mês de referência (0,80%). Ato seguinte, passou-se à análise dos fatores de influência da carteira no interstício entre a realização da última reunião a até data presente. O IPCA de janeiro de 2026, divulgado pelo IBGE, registrou alta de 0,33%, repetindo o resultado de dezembro de 2025. No acumulado de 12 meses, a inflação ficou em 4,44%, acima dos 4,26% anteriores, mas ainda dentro do teto da meta de 4,5% estabelecida pelo sistema de metas contínuas. A taxa Selic foi mantida em 15% ao ano, decisão já antecipada pelo mercado. O Copom sinalizou que o próximo movimento será o início do ciclo de cortes, previsto para março, desde que a inflação permaneça sob controle e não haja mudanças inesperadas no cenário econômico. Essa expectativa é reforçada pelo Boletim Focus, que mostrou nova queda nas projeções para o IPCA de 2026, passando de 3,99% para 3,97%, além de estimativas de 3,80% para 2027 e 3,50% para 2028, indicando confiança na trajetória de desaceleração dos preços. Quanto aos juros, o mercado projeta uma redução gradual ao longo do ano, com a mediana das previsões para a Selic em 12,25% em 2026. O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, reforçou o compromisso com uma condução monetária independente e responsável, destacando que os cortes serão feitos de forma "comedida". Essa postura trouxe tranquilidade ao mercado, que vê na combinação de inflação em queda e juros elevados um espaço seguro para iniciar a flexibilização da política monetária. Na semana, o Ibovespa viveu momentos de forte valorização e marcou novos recordes históricos. Na segunda-feira, dia 09 de fevereiro, o índice fechou acima dos 186 mil pontos, impulsionado pela alta das principais ações de peso, como Itaú Unibanco, Petrobras, Vale e Bradesco, em um cenário de maior



apetite global ao risco. No cenário internacional, os sinais foram mistos, mas relativamente estáveis. O CPI americano veio mais brando no índice cheio, mas o núcleo manteve firmeza, mantendo o Fed cauteloso; a China cresceu 5% em 2025, mas com desaceleração para 4,5% no quarto trimestre, pressionada pelo setor imobiliário e tensões comerciais; e a Zona do Euro apresentou expectativas de inflação estáveis e leve melhora nas projeções de crescimento, ainda em compasso de espera pelo BCE. Em síntese, o quadro reforça que o início de 2026 combina otimismo nos mercados com a necessidade de prudência e diversificação, garantindo que a política de alocação preserve o patrimônio, assegure liquidez e sustente o cumprimento das obrigações previdenciárias no longo prazo. Em atendimento a nova resolução CMN nº 5.272, os membros do comitê de investimentos elaboraram a minuta da primeira alteração da Política de Investimentos para o ano de 2026. Para estratégia de alocação os membros do comitê elegeram a classe de ativos definida no Art. 7º, I - Fundo/Classe 100% Títulos Públicos ou ETF TP TN. Essa decisão foi norteadada pelo fato de o RPPS ficar limitado diante da nova resolução a realizar aplicações no Art. 7º, I - Fundo/Classe 100% Títulos Públicos ou ETF TP TN, 7º II - Títulos Públicos – Oferta Primária/Plataformas e 7º III - Títulos Públicos – Oferta Balcão, que exigiriam procedimentos internos que poderiam comprometer a celeridade das aplicações segundo as oportunidades momentâneas oferecidas pelo mercado. Também se decidiu por não se oferecer créditos consignados a segurados, visto que o percentual admitido pela nova resolução nesta modalidade não é significativo. Em relação às aplicações dos RPPS, a Assessoria de Investimentos Crédito & Mercado recomenda a adoção das seguintes estratégias de Alocação dos Recursos: *A estrutura de alocação foi definida para que o RPPS preserve o patrimônio e consiga crescer de forma consistente no longo prazo. Como o regime paga benefícios continuamente, a carteira precisa suportar períodos de estabilidade e crise sem comprometer sua solvência. A renda fixa concentra a maior parte dos recursos porque oferece previsibilidade e menor oscilação. Dentro dela, a divisão por prazos é essencial: curto prazo garante liquidez imediata; médio prazo reduz impactos de mudanças nos juros; longo prazo protege contra a inflação e captura ganhos quando o mercado melhora. Esse arranjo responde ao comportamento da curva de juros, que remunera prazos distintos de forma diferente. Assim, o RPPS evita que uma mudança abrupta afete toda a carteira ao mesmo tempo. A renda variável entra para impulsionar o crescimento no longo prazo. Embora mais volátil, ela permite capturar valor de empresas, setores e ativos reais. A diversificação entre ações, multimercados e fundos imobiliários reduz riscos e amplia fontes de retorno. A parcela de investimentos no exterior funciona como proteção estrutural. Ela reduz a dependência de eventos exclusivamente brasileiros e amplia o acesso a mercados e setores globais, diminuindo o impacto de crises locais. Em síntese, a carteira combina três pilares: segurança na renda fixa, crescimento via renda variável e proteção com exposição internacional. Essa abordagem fortalece a capacidade do RPPS de cumprir suas obrigações e preservar recursos no tempo.* À vista de tais constatações, decidiram os membros do Comitê de Investimentos, por unanimidade, em: 1) Autorizar o Gestor a aplicar R\$ 15.000.000,00 (dez milhão de reais) no fundo de investimentos BB IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO (CNPJ 07.111.384/0001-69); 2) Autorizar o gestor a aplicar R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) no fundo de investimentos BB TÍTULOS PÚBLICOS VÉRTICE 2030 II RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO (CNPJ 55.749.879/0001-60); 3) Autorizar o gestor resgatar todas as cotas do fundo BB PREVIDENCIÁRIO FLUXO RENDA FIXA SIMPLES FIC FIF (CNPJ 13.077.415/0001-05) e começar a realizar aplicações automáticas no fundo BB PREVIDENCIÁRIO FLUXO SOBERANO RF CURTO PRAZO FIC FIF RL (CNPJ 63.197.387/0001-38); 4) Autorizar o gestor a aplicar R\$ 589.462,57 (quinhentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta e sete centavos) no fundo de investimentos CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA (CNPJ 10.740.670/0001-06); e, 4) manter inalteradas

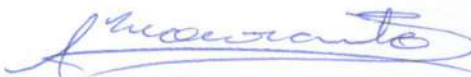
Emj  

as demais aplicações. Assim, às 09:30h, o Diretor Presidente deu por encerrada a presente reunião ordinária, da qual eu, Elza Maria Jucá, Secretária do Comitê de Investimentos, lavrei a presente ata, que vai assinada pelos demais membros presentes.



Dirceu Garcia de Oliveira Junior
Presidente

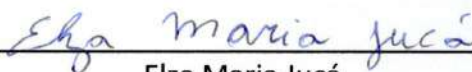
Giovana Santana da Silva
Diretora Administrativa-financeira do TLPREV



Fabricio de Moura Santos
Representante do Conselho de Administração

(AUSENTE)

Fernando Nascimento
Representante do Conselho Fiscal



Elza Maria Jucá
Representante dos Servidores Públicos Municipais
